

“Moramos numa ilha chamada Bom Jesus”: Algumas histórias vividas na cidade de Uberlândia

Renato Jales Silva Junior¹

Este texto objetiva interpretar como se transformaram os modos de viver na cidade de Uberlândia durante os anos de 1960 a 2000. Para a compreensão destas transformações analisamos as intervenções promovidas a partir do bairro Bom Jesus, interpretando-o não como espaço, mas como território constituído a partir das relações sociais produzidas em seu interior e em relação com a cidade.

Estas transformações revelaram a produção de um projeto hegemônico construído pelo poder público em parceria com os detentores do poder econômico. Para problematizar estes projetos foram produzidas fontes a partir das narrativas dos moradores deste lugar. Nestas os sujeitos ajudaram a trazer para o debate estratégias que constituíram outros projetos e outros valores colocados em disputa.

No diálogo com a história social de matriz inglesa o trabalho recupera outras memórias silenciadas por pelos grupos hegemônicos que tentaram instituir uma história única desta cidade.

Memória – Cidade – Modos de vida

Este artigo é fruto de pesquisas e discussões produzidas na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Neste trabalho refleti sobre mudanças vivenciadas por alguns moradores da cidade de Uberlândia durante a década de 1980, mais especificamente do Bairro Bom Jesus. No final desta década o poder público reorganizou os espaços de vivência e circulação do bairro com a construção de um conjunto de avenidas que cruzavam a cidade em várias direções, com o intuito de aumentar a velocidade de circulação de automóveis nos lugares centrais.

¹ Doutor em História, professor do curso de História da UFMS/CPCX. Membro do grupo de pesquisa História, Cultura e Sociedade. Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, e-mail: rehistoriador@yahoo.com.br

Ao mesmo tempo, procuro entender como estas intervenções são reelaboradas pelos muitos trabalhadores que utilizam estes lugares para suas moradias, trabalho, lazer, enfim, pelos que constroem laços e sociabilidades e utilizam destas relações para melhor viver a/na cidade. Estes diferentes usos da cidade, amalgamados com experiências do tempo presente, trazem as primeiras questões sobre como homens e mulheres, no seu fazer cotidiano, intervêm no fazer-se da cidade e constroem sentidos políticos e culturais para ela.

A partir desta problemática central, aparecem as categorias cidade e cultura, que se cruzam para pensar as muitas intervenções nos territórios urbanos, e a forma como são vivenciadas na experiência social e histórica dos seus moradores. Assim, é possível perceber como o fato de mudar, modificar lugares, pode interferir e criar práticas, transformar valores e sentimentos, atribuídos pelos seus sujeitos nas suas vivências e no modo como explicam e interpretam estas mudanças.

Para entender as relações sociais constituídas nesta cidade estabeleci um diálogo acadêmico com a antropologia urbana, mais especificamente com o antropólogo e estudioso da etnografia urbana José Guilherme Mentor Magnani. Magnani propõe um movimento, um olhar para a cidade e seus habitantes que denomina “de perto e de dentro”, neste propõe um desvio do foco do pesquisador:

(...) contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos *arranjos* coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático mas apresenta padrões (MAGNANI, 2002, p. 19).

Dessa forma, partimos de um pedaço específico da cidade de Uberlândia, o bairro Bom Jesus, refletimos sobre sua constituição, e mudanças nos modos de viver para pensar como a cidade foi disputada em um determinado tempo histórico. A temporalidade das memórias lidas e construídas neste bairro levou-me a retroceder até os anos 1960 e 1970, décadas de mudanças e transformação nos modos de viver a/na cidade. Elas foram interpretadas pelos moradores deste bairro e serão reinterpretadas por mim à luz de alguns supostos básicos.

É possível perceber nas memórias recompostas pelos moradores valores construídos ao longo de suas trajetórias nesta cidade. Tais valores traduzem os modos como esses sujeitos lutaram para pertencer a esta cidade. A noção de pertencimento é muito importante na medida em que ajuda a entender as narrativas produzidas pelos moradores no campo de pesquisa. Este pertencimento está ligado a sentidos que lhes são muito caros, uma vez que se viam como trabalhadores, músicos, militantes, donas-de-casa, enfim, como moradores que fizeram este território e nele cresceram.

Com os enredos colocados, fomos recompondo tempos que traduziam dificuldades, preconceitos, mas também um sentimento de crescimento ligado à superação destas dificuldades. Tratamos de um tempo que está marcado nas memórias dos moradores como o tempo das reuniões, da criação da associação de moradores, ou ainda, como tempo de participação. A partir destas memórias, visualizamos um conjunto de ações empreendidas pelos estes sujeitos com o intuito de mudar uma parte do lugar onde moravam.

Começamos o diálogo com o Senhor Pedro Alves de Oliveira. Quando perguntado sobre a década de 1980 ele narra com alguns referenciais:

[...] Eu, por exemplo, participei, foi justamente na época de fazê isso daí, essa mudança da avenida Monsenhor Eduardo que acabou com o bairro, que isso aí não valeu nada, que acabou até com a avenida porque ela não era alta nem nada, era tudo reta [...] então quando começou nós fiz muita passeata e ia até na prefeitura passeando com o povo tudo.²

Para nós, discutir a Avenida Monsenhor Eduardo a partir destas memórias tem um sentido mais amplo, de questionamento dos rumos que os setores dominantes — empresários em parceria com mandatos do poder executivo — haviam dado à cidade no momento em que iam materializando seus projetos. Este trecho apareceu com frequência nas falas dos moradores do bairro, com interpretações diferenciadas que congregavam valores e sentimentos de viver nesta cidade e, neste diálogo, ele impôs-se como tema de reflexão para nós. Outra entrevistada, Dona Ana Maria, fala de um tempo em que as pessoas “sentavam nas porta”³. Este tempo é lembrado a partir de outras formas de se relacionar:

² Pedro Alves de Oliveira, fevereiro de 2005.

³ Ana Maria B. Pereira, fevereiro de 2005.

Ali onde tem as residências eu fui amiga de muita gente, tinha um senhor chamado João Galinha, ele fazia coisa de comê, tripa, então a gente, bucho, a gente ia lá comprá né, porque a gente gostava [...] era tudo gente muito humilde, todo mundo muito... inclusive tinha um senhor lá que tinha um armazém que chamava Cleuso [...] era o armazém que a gente comprava, [...] tinha o senhor Alaor, o senhor Sebastião Elói, que tudo ali do lado, perto onde eu morei.⁴

Neste cenário recomposto pela memória, os sentidos do viver remontam aos estilos das casas encontradas no bairro, algumas com janelas e portam ligadas diretamente com a rua. A disputa pela cidade e a luta pela permanência podem ser “lidas” também nos registros destes prédios em diálogo com a narrativa oral.

Não estamos dizendo que a disputa está na manutenção ou não da casa, das suas cores “originais” ou da sua funcionalidade, tampouco que a sua permanência nestes moldes seja símbolo de resistência e motivo de proteção. O que estas narrativas e a arquitetura das casas trazem são sentidos que expressam uma maneira de morar e se relacionar neste lugar. O que permanece é uma edificação funcional para um modo de viver que vem sendo transformado, retrabalhado, a partir de outra lógica colocada para o viver na cidade.

Isso quer dizer que muitos podem manter suas casas por não terem condições de adaptá-las ou reformá-las, não importa, o que é relevante é pensarmos que esta arquitetura expressa uma sociabilidade que vem sendo pressionada. Um tempo que, nas lembranças de Dona Ana Maria, remonta às “pessoas humildes”, que se conheciam pelos nomes. Colocar esta memória junto com uma arquitetura é importante, aqui, para entendermos quais valores estiveram em pauta no momento em que eles se reuniram para discutir uma avenida.

Nas narrativas, os moradores do Bom Jesus interpretam a construção dos projetos que desenharam a principal avenida do bairro:

Marli: A prefeitura fez mais de um projeto, então a gente optou por um que tinha mais, mais área verde, tinha lugá das pessoas andá, de fazê uma caminhada e tudo, aí de repente ele saiu Zaire Rezendes⁵ já mandaram as máquinas na Monsenhor Eduardo, fez aquele corredô de

⁴ Idem.

⁵ Prefeito entre 1983-1988 eleito pelo PMDB II, sob a bandeira da Democracia Participativa.

ônibus no meio né (...) o Virgílio⁶ tinha a mania de falá que aqui ia sê uma via expressa...
Valci: Nós lutou pra num fazê essa via expressa⁷

Para pensarmos como a cidade foi disputada, vamos recuperar este processo de tensões entre a perspectiva da via expressa que representava a cidade ordenada na lógica do mercado para o benefício de algumas empresas — simbolizada na fala da Dona Marli pela construção do corredor do ônibus — e a opção pela área verde, construída pelos moradores. As disputas entre prefeitos da cidade são reportadas para retomar os sentidos que estavam postos em pauta neste tempo de várias intervenções que perseguem o objetivo de beneficiar os aliados econômicos, ora o comércio que precisa de um trânsito rápido, ora as empresas de transporte coletivo que são favorecidas com corredores exclusivos.

Estas mudanças enfrentadas no bairro Bom Jesus no início da década de 1980 compõem um enredo de transformações que estão entrecruzadas com as trajetórias destes moradores e são iniciadas nas décadas de 60 e 70. Nestes tempos trazidos nas memórias, elas aparecem como uma concepção de cidade que fora transformada. A tese de Célia Rocha Calvo trata deste processo histórico:

[...] áreas incorporadas, nos anos setenta, como zonas urbanas, que passaram a receber um grande investimento dos grupos que enriqueceram com os programas da política habitacional. Essas medidas faziam parte do projeto de modernização da cidade, por meio da organização do distrito industrial nas novas áreas que também foram valorizadas, por situarem-se às margens dos traçados das rodovias federais, principalmente a BR-050 (CALVO, 2001, p. 200).

Nesse processo de reordenamento interpretado nas memórias dos trabalhadores da cidade estão também as experiências dos moradores do bairro Bom Jesus. No diálogo com a tese de Calvo e os sujeitos ouvidos, voltamos à cidade dos tempos da Mogiana com o propósito de recuperar valores e modos de viver que foram reordenados a partir das reformas.

Ao discutir mudanças provocadas pela intervenção da prefeitura nos territórios centrais, marcada simbolicamente pela derrubada da estação da Mogiana no final da década de 1960, Calvo mostra que uma forma de viver na

⁶ Prefeito da cidade em quatro mandatos 1969-1972; 1977-1982; 1989-1992; 1997-2000. Político ligado à Ditadura Militar nos seus primeiros mandatos Arena e PDS e depois ao filiado ao PPB.

⁷ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

cidade estava sendo apagada e retrabalhada nesta ordenação proposta nas obras. Por outro lado, a tese mostra também que os moradores não ficaram à margem deste processo, mas foram se “apropriando dos espaços” a partir de suas “práticas e possibilidades sociais”. Nesse sentido, incorporamos procedimentos para pensar a reconstrução da Avenida Monsenhor Eduardo como materialização de uma perspectiva de cidade que estava desordenando modos de viver.

Entre os lugares reorganizados com a execução destes projetos está a Avenida Monsenhor Eduardo. O argumento era o mesmo para as já reformadas avenidas João Naves de Ávila, Afonso Pena, Floriano Peixoto, João Pinheiro: modernizar a cidade metrópole e atrair investimentos.

É possível observar no diálogo que construímos com os moradores do bairro Bom Jesus, que as reformas promovidas marcam, nas muitas memórias, um processo de imposição de outra lógica para a cidade, a lógica da velocidade simbolizada nos seus enredos pela via expressa:

Marli: os viaduto foi porque o Virgílio queria a via expressa, aí o Renato entrou, construiu o Fórum, aí já bloqueou a tal de via expressa.

Valci: essa via expressa a mentalidade dele era de liga o Industrial, direto o Industrial atravessando por aqui...

Valci: Não e saí lá na, na acompanhado os trilho de ferro.

Marli: é na João Naves.

Valci: ela dava acesso à saída de Uberaba, ele ia liga tudo, a extensão de Uberlândia inteiro nessa via expressa.⁸

O senhor Valci e a dona Marli participaram das reuniões na associação de moradores do bairro e falaram sobre essas intervenções nos vários territórios da cidade, ao contarem como vivenciaram essa mudança no seu cotidiano. Com estes relatos podemos problematizar a construção cartográfica deste lugar e trazer as outras histórias desse tempo de embates com empresários e engenheiros ligados à concepção de cidade das “vias expressas”. Para outros moradores que viveram nesta região até este tempo, as práticas de “modernização” foram experimentadas como expulsão do lugar onde moravam para outros espaços⁹.

⁸ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

⁹ No final da década de 1970, foram construídos alguns conjuntos habitacionais (Luizote de Freitas, Santa Luzia, Segismundo Pereira), com recursos do Banco Nacional de Habitação, que acabaram por ser o destino de muitos trabalhadores que moravam nestas regiões reformadas e valorizadas pelo mercado imobiliário, portanto com aluguéis fora do padrão destes sujeitos. Cf. CALVO, 2001.

Até meados dos anos 1980, esta avenida era cortada pelos trilhos da Mogiana (neste tempo, já administrada pela Ferrovia Paulista S/A). Ela fazia parte de um circuito que ligava o recém-criado Distrito Industrial às distribuidoras de refinados de petróleo (Petrobrás e Texaco, no bairro Marta Helena; Atlantic, Shell e Ipiranga, no bairro Bom Jesus) e a algumas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas (Moinho de Trigo Sete Irmãos e indústrias de sal).

Também para o senhor Valci e a dona Marli, as avenidas que alimentavam a estação têm relevância para articular a materialidade da cidade com os seus modos de viver:

Marli: ah e o tanto de dinheiro enterrado ali naqueles viaduto, agora tem uns que tá usando, mas tem coisa parada lá ainda, num tem, disse que era pra fazê uma via de um jeito era pra i volta...

Valci: Mas isso aí é briga de político com político, porque um faiz e o outro num qué...

Marli: o outro desmancha.

Valci: Um feiz o outro foi lá e mandou enterra, um mundo de terra que gastou, ele ganhou de novo mandou abri um pouco, político é sempre desse jeito e o bairro fica prejudicado, o bairro sempre fica prejudicado com isso.

Marli: o povo é que sai perdendo, o bairro não o povo né.

Valci: Povo!

Marli: Igual à João Naves

Valci: Quando eu falo bairro é o povo...

Marli: Aquele monte de cimento impatado lá né.

Valci: do Virgílio também, aquela obra ficou perdida, ali foi muito dinheiro jogado fora naquela obra, quer dizer isso aí tudo a gente observa, mas num pode faze nada.¹⁰

Neste trecho de suas falas, estão tempos diferentes que marcam o processo de construção destes valores sobre o lugar onde moravam. As reformas pensadas para ligar a BR-050 ao Distrito Industrial, cortando a cidade através da Avenida João Naves de Ávila, são lembradas em torno das disputas entre os prefeitos da cidade. Colocar a via expressa no centro destas disputas significa dizer que não eram projetos deles, que não foram ouvidos e que ali não estão colocadas suas concepções.

Os entrevistados tensionam a lógica das vias quando colocam o bairro e os e seus pares nas suas histórias. Quando tratam parte destas obras como “dinheiro enterrado” ou “cimento impatado”, questionam essa funcionalidade das obras, porque elas não se justificam no modo como eles vivem a cidade.

¹⁰ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

Ainda neste trecho, vemos como estes sujeitos reconstróem as concepções de cidade e dos grupos que estavam se beneficiando destas obras. Por outro lado, percebemos como eles colocam as suas visões retomando o seu cotidiano em dissonância com o que fora construído. Assim, eles não só recuperam as ações desses “políticos”, como também se colocam no debate, dizendo que, para o “povo”, nenhum dos projetos interessava.

O olhar do planejamento urbano estava direcionado para a utilização da cidade por aqueles que necessitam transitar de forma rápida nos seus vários lugares. É evidente que esta funcionalidade não é neutra, porque é arquitetada nas vantagens que estes grupos poderiam obter com sua materialidade. Para os moradores do bairro ouvidos na pesquisa, essas avenidas e todo o processo de construção possuem outras referências, ligadas a um processo de disputas sobre os seus significados para a vida no bairro. Nas memórias recompostas, estas mudanças levam ao “tempo dos trilhos” ou, para outros, ao “tempo de reuniões” e de “participação política”¹¹.

Estes tempos marcam transformações na forma de viver na cidade. Para alguns, ressignificados, como a perda da tranqüilidade, da segurança; para outros, configuram derrotas de uma forma de organização de moradores sobre pautas específicas de reivindicação. Estas diferentes memórias avaliam como a cidade foi disputada nesse momento e quais projetos foram enterrados pelas máquinas da prefeitura.

Para avançarmos no diálogo com estes projetos, coloco aqui algumas questões que me parecem muito significativas para pensarmos o que estava em disputa nestes anos 1980 e de que forma as relações sociais constituídas na cidade a partir da implementação de alguns projetos podem ser pensadas:

Será que nós queremos para o ano 2000 uma Uberlândia com dois milhões de habitantes? Será que preferimos a automação à humanização? Será que quem decide isto é o povo ou é a vontade do prefeito? Não será por culpa desses tecnocratas que o nosso país se encontra nessa catástrofe? Será que não sabemos o que queremos ou o que precisamos?¹²

¹¹ Termo utilizado pelo senhor Valci da Silva Oliveira ao falar sobre as reuniões da associação de moradores em meados da década de 1980.

¹² ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BOM JESUS. **Carta aberta das associações de moradores dos bairros Santa Rosa, Esperança, Marta Helena, Bom Jesus e Industrial**. Uberlândia, 06 de junho de 1989, Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia.

Estas perguntas estavam sendo feitas por um grupo de moradores do Bairro Bom Jesus, no momento que se processava a reurbanização da Avenida Monsenhor Eduardo. Reurbanizar acabou ganhando sentidos diferentes entre o que concebia a prefeitura e os moradores que registraram estes questionamentos.

Talvez, elas não estivessem sendo feitas por todos os moradores. Alguns termos poderiam não ser de conhecimento da sua maioria, os “tecnocratas” poderiam representar vários sujeitos externos aos moradores daquele lugar, que representariam os executores do projeto vencedor — como na fala do senhor Pedro Alves, que nomeia o prefeito Paulo Ferola —, mas são perguntas significativas para o nosso objetivo, para recuperar concepções, olhares alternativos sobre a cidade e lembrar que

cada momento do passado não contém apenas a semente de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é melhor, nem, por outra parte, que os outros estejam totalmente descartados. (FONTANA, 1998, p. 275)

No momento em que recordam os lugares reconstruídos, elaboram e nomeiam estas ações como obras de outros sujeitos — obras construídas pelos prefeitos para beneficiar industriários e comerciantes.

O que fica perceptível nestes questionamentos levantados a partir das narrativas e da documentação da associação de moradores é o embate em torno de concepções de lugar e de cidade, retomadas pelos sujeitos no momento em que constroem um meio alternativo de pensar o bairro. Estes projetos estiveram em um *front* de batalha aberto na década de 80, um tempo lembrado por muitos moradores como o dos trilhos, da convivência e da luta por sua retirada, e por outros como o tempo em que as pessoas “sabiam que tinha todos os direitos”¹³.

Uma frase muito forte, porque nos leva a pensar como esta noção de ter direitos deixou de fazer parte da fala destes sujeitos ou da conversa cotidiana e se viu derrotada neste processo. Para entendermos o sentido desta afirmação de dona Maria Aparecida, precisamos recompor as tensões vividas neste momento

¹³ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

de retirada dos trilhos, mas pensando este momento dentro de um processo histórico de disputas pela cidade que se quer para viver desde os anos 60.

Estas memórias me levaram a refletir sobre a constituição desse território nestas temporalidades, entendendo estas intervenções na cidade como produto de embates e elaboração de outras estratégias necessárias por parte dos moradores na luta pelo pertencimento à cidade. Este tempo é inscrito nas muitas memórias por uma grande batalha na reconstrução da avenida Monsenhor Eduardo, porém com dois momentos diferentes: um deles é o tempo dos trilhos, quando lutaram para que estes fossem desativados e retirados; o outro é o momento em que disputaram como seria reformado o lugar. Dona Maria Aparecida Rosa se lembra desse momento:

Foi assim que, que o dr. Zaire entrou, ele gosta de administrar com a participação do povo, né? Antes dele ganhar, ele era candidato e ele já fazia reunião, ele fez reunião aqui na minha casa três vezes, porque a gente fazia a campanha dele, foi assim de casa em casa, foi onde que ele ganhou, ele já tinha candidatado uma vez e perdeu, depois ele candidatou, ganhou e então o trabalho dele era feito de casa em casa e prometeu retirar os trilhos, foi uma das promessas dele, que ia retirar os trilhos daqui, que ia retirar os depósitos. Aí depois quando ele foi e ganhou e entrou na prefeitura e nós começamos o movimento, aí já tinha fundado a associação de moradores, era na casa da Wilma, nós reunia na casa dela.¹⁴

Nas lembranças de dona Maria Aparecida, está descrito esse primeiro momento em que se inicia a discussão sobre a retirada dos trilhos. As disputas eleitorais do ano de 1982¹⁵ funcionam como marco da memória desta moradora para construir o sentido das disputas. Esse marco é importante nesta narrativa não apenas pela figura do prefeito, sobretudo pelas estratégias construídas a partir das brechas abertas na cena política para construir seus projetos para o lugar. Esta eleição marca a memória de outros moradores que trazem este tempo como momento de avaliações:

Valci: Você sabe porque que o povo votou mais no Zaire Rezende da primeira vez? Vou te contar porque, ele num era nem conhecido em Uberlândia, ele nem daqui num é...

¹⁴ Idem.

¹⁵ Nestas eleições disputaram Alceu Santos, pelo Partido Democrático Social (PDS), ligado ao prefeito Virgílio Galassi; Renato de Freitas, pelo PMDB I, estes dois candidatos ligados ao grupo político da antiga ARENA, e Zaire Rezende pelo PMDB II. Este último trabalhara na perspectiva da Democracia Participativa que tentava capitalizar as pressões vindas do meio social, de trabalhadores que se reorganizavam e criavam novas estratégias para pressionar os grupos hegemônicos que estavam no poder.

Marli: Não, ele é daqui...

Valci: Ele é daqui mais num morava aqui! Mas você sabe o que é que é? É a luta do povo nessa pra tentá mudá algumas coisa, com aqueles antigo Renato¹⁶, Virgílio [...] Foi uma maneira do pessoal manifestá contra né, votou num homem que não era conhecido em Uberlândia.¹⁷

As principais reivindicações que ficaram registradas de reuniões dos moradores do bairro Bom Jesus com o candidato Zaire Rezende não eram uma novidade trazida pela sua campanha e sim um acúmulo de discussões dos próprios moradores que resultaram em uma avaliação ampla da cidade e do lugar melhor para se viver. Recordar desta eleição com ênfase na participação dos moradores mostra o significado deste momento, isto é, uma época que os moradores poderiam virar o jogo e pensar outros rumos para a cidade. Membro da primeira comissão de moradores constituída para encaminhar ou cobrar estas reivindicações, dona Maria Aparecida marca sua fala por essa experiência, de reuniões no bairro, conversas com o então candidato a prefeito, atos públicos e reuniões na Prefeitura Municipal.

Na época, havia o interesse dos moradores e da prefeitura em retirar os trilhos, aliás, este interesse é mútuo desde a década de 1970, evidentemente que com concepções diferentes para o que seria construído em seu lugar. A prefeitura, desde o mandato de Virgílio Galassi (1977-1982), pretendia continuar o seu projeto para as avenidas e este lugar seria o próximo. O jornal Correio de Uberlândia, que em outros tempos construía sentidos para o bairro Bom Jesus ou a Vila das Tabocas, como lugar segregado ou fora do ideal de cidade que construía, volta a falar sobre ele, mas agora com outros referenciais que sintonizavam com os interesses deste prefeito:

Todos se recordam das declarações feitas ao correspondente do Estado de São Paulo, um dos maiores jornais do país, pelo vereador Eudécio Casasanta, contra figura do Governador Paulo Salim Maluf. Na oportunidade, a decisão pessoal do edil, provocou sério descontentamento no Palácio dos Bandeirantes, tendo o Governador do maior Estado da União, demonstrado o seu aborrecimento ao pronunciamento do vereador Eudécio, que segundo comentários feitos nos bastidores, trouxe nocivos prejuízos ao município, que até hoje não conseguiu junto à FEPASA a doação do terminal ferroviário que impede a administração Galassi de transformar a av. Monsenhor Eduardo, em

¹⁶ Prefeito por dois mandatos: 1966-1968; 1973-1976. Político ligado aos grandes proprietários de terra na cidade e filiado à Arena no seu segundo mandato.

¹⁷ Valci da Silva Oliveira e Marli Aparecida Oliveira, janeiro de 2005.

mais uma **via expressa** importante para o desenvolvimento da cidade.¹⁸

É entendendo o jornal como produção social da memória, realizada dentro de determinados embates, que problematizamos esta construção. Ao usar termos como “todos se recordam” ou “nocivos prejuízos ao município”, o jornal não só diz a quem está falando — interessados pelas reformas urbanas — como também constrói uma linguagem que homogeneiza os fins pretendidos pelos seus diretores. Nesta construção, produz uma memória que, por não ser questionada, se torna história e silencia outras memórias. O diferente, a contradição, não aparece na notícia.

Outro dado interessante nos chama a atenção neste artigo do jornal Correio de Uberlândia: o claro interesse da administração Virgílio Galassi em transformar a avenida Monsenhor Eduardo em uma “nova via expressa”, o que não estava nos planos dos moradores. De lugar segregado, o jornal agora constrói uma imagem para o bairro como símbolo do desenvolvimento da cidade, que reafirmava o interesse dos grupos que queriam a cidade dentro da lógica da velocidade que beneficiaria os empresários da área de transporte coletivo, do distrito industrial, e os lojistas e comerciantes do centro da cidade.

Porém a materialização desta opção só começa a ocorrer a partir de 1990 com o seu novo mandato (1989-1992) e é finalizada pelo prefeito eleito em seguida, Paulo Ferola (1993-1996)¹⁹. O que ocorre neste intervalo de vinte anos? Por que é necessária uma mobilização popular de grandes dimensões para retirar trilhos que o próprio poder público já tinha como planos para a cidade?

Existem dois caminhos para refletirmos. Um deles é a própria divisão da elite dominante na condução deste projeto, porque parte desta utilizava os trilhos para baratear o transporte de matérias-primas e o escoamento da sua produção. O outro é a resistência e a luta árdua dos moradores do lugar quanto ao projeto a ser implementado.

Havia neste espaço cinco empresas, sendo três multinacionais da indústria do petróleo — Texaco, Atlantic e Shell — e outras da própria cidade —

¹⁸ **Maluf agradece homenagem da Câmara Municipal.** Jornal Correio de Uberlândia, 01 de fevereiro de 1980. (grifo do jornal).

¹⁹ Esta eleição significou no plano político partidário da cidade uma reeleição do prefeito Virgílio Galassi-PPB, já que este fora secretário de administração neste mandato.

Moinho de Trigo Sete Irmãos e Sal Formoso. Dona Maria Aparecida relembra esse tempo:

... Então foram os vários acidentes que acontecia com o trem. Mas o pior de tudo era os depósitos, a gente tinha mais medo era dos depósitos [...] eu tenho 30 anos que moro aqui nessa região aqui, 30 anos [...], os trilhos, o trem passava e trepidava tudo se essa casa não tivesse sido bem, como se diz assim, feita ela tinha trincado toda né, porque as casas trincava tudo [...], o barulho era demais. Aconteceu um acidente lá em, no Rio, na Central, dois trens se chocaram, então a gente[...] chegava de noite quando o trem passava apitando a gente pensava que era aquele acidente,[...] dava até um grito²⁰.

Os relatos de acidentes têm significados muito fortes na experiência vivida por estes moradores que tiveram interesses diretamente ligados com a retirada dos trilhos. Acredito que a narrativa destes acidentes não só ajuda a legitimar o processo, aglutinar outros moradores e colocou outros valores na pauta de mudanças inscritas nestas disputas. A memória sobre os acidentes traz os sentidos da participação de muitos moradores nas reuniões, nos atos e momentos em que estiveram pressionando prefeitos, secretários e vereadores.

Os trilhos interessavam somente aos empresários, que ainda utilizavam o seu transporte como meio de acumular mais capital em função do seu preço. Porém para a prefeitura que vinha construindo seus projetos de acordo com a lógica do mercado, estes interesses eram empecilhos fortes. Por outro lado, os moradores, ao falarem das perdas, das mortes, colocam em pauta outro sentido para aquele trecho, abrindo uma fresta na imagem que vinha sendo construída — a de que para a cidade interessa a indústria e o comércio — e virando o jogo sobre o discurso da democracia participativa.

Outros documentos são importantes para remontarmos estas tensões entre os moradores, empresários e a democracia. Algumas atas da Câmara de Vereadores registraram sobre outra ótica o debate com as empresas que vinham se posicionar frente à possibilidade de serem retiradas deste território:

Adriano Bailoni Júnior em questão de ordem para assunto urgente e pediu que se fizesse um trabalho preventivo em relação às Companhias de Petróleo cujos depósitos de inflamáveis no centro da cidade são um risco sério de incêndio. Contudo, segundo informou um companheiro, tais companhias trabalham com pouco

²⁰ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

combustível, formando-se, conseqüentemente, um tampão de gás nos depósitos, que por incidente qualquer explodirão. **Não há como exigir que tais firmas retirem esses depósitos**, mas é preciso trabalhar unido para **sensibilizar** os que podem decidir isto, a buscar um lugar onde os depósitos não ofereçam tais riscos, à vida e ao patrimônio das pessoas. [...] Amir Cherulli narra ainda ter participado de uma viagem do ex-prefeito Virgílio Galassi a São Paulo e conseguiram a transferência da Estação Férrea para o alto da cidade e aquele leito pertence à prefeitura numa permuta.²¹

Adriano Bailoni Júnior comentou o encontro com empresários revendedores de petróleo especialmente vindos à Casa para um entendimento. Os representantes da Esso, da Texaco e da Atlantic trocaram idéias com Bailoni Júnior sobre a retirada dos depósitos do centro da cidade, mostraram-se cheios de boa vontade e, reconhecendo a necessidade da medida, **alegaram que o processo é mais longo porque depende de deliberação superior**. Argumentaram os líderes do combustível na região que se o prefeito determinar uma área específica para um Terminal de Petróleo fica mais fácil de convencer os escalões superiores das companhias e precipitar a decisão [...]²²

O vereador Adriano Bailoni Júnior, então líder do PDS na Câmara, estava no grupo de apoio ao prefeito anterior, Virgílio Galassi, representava empresários e donos de imobiliárias que vinham se beneficiando das reformas executadas na cidade, portanto com nenhuma tradição democrática quando se tratava de projetos vindos da população. O assunto da Avenida Monsenhor Eduardo se transforma em pauta na Câmara, mas na perspectiva da cidade das obras, com o intuito de continuarem se aproveitando da sensibilidade para utilizar o dinheiro público e transformá-lo em capital privado. A sensibilidade dos empresários estava na pressão para que a prefeitura bancasse, com o capital público, a transferência das empresas para o Distrito Industrial.

Nesse registro, o lugar é significado como centro da cidade, então outra zona de fronteira que fugia ao território dos moradores, portanto sem a necessidade de ouvi-los. Estas empresas poderiam sair, porém pressionavam os vereadores a conseguir terrenos no Distrito Industrial, para aí sim facilitar o convencimento dos “escalões superiores”. Os moradores se lembram do convívio com estes empresários:

Ih! Ali era cheim daqueles trem, aqueles vagão, os vagão de passageiro, vagões de carga, transportava petróleo tudo nos vagão ali, na Sérgio Pacheco. Aí tiraram de lá, [Estação da Mogiana] não sei quem deu ajuda pra tirá de lá mas

²¹ **Ata da terceira sessão da nona reunião ordinária de 1983**, realizada em 07 de novembro de 1983. Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (destaque nosso).

²² **Ata da terceira sessão da décima reunião ordinária de 1983**, realizada em 05 de dezembro de 1983. CDHIS, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. (destaque nosso)

ficou do sal famoso pra cá, o sal famoso era ali na esquininha do, onde começa a...

Entrevistador: a Monsenhor Eduardo? Ah, ali no Boca Quente; ali, né. [Boca Quente foi um armazém do Supermercado Alô Brasil, uma espécie de distribuidor, ainda existe ruínas na esquina da Monsenhor Eduardo com a praça Sérgio Pacheco]

Maria de Lourdes Gonçalves: Isso, isso, o Boca Quente, o Boca Quente era Sal Famoso. Aí ficou os trilhos dali [...] pra frente, então o Sal Famoso tava segurando os trilho, por causa que ele precisava dos vagões de carga por causa do sal. Chegava e saía sal, o Sal Famoso. Eles ficaram segurando muito tempo, aí começou a ter muito acidente, tinha criança, tinha adulto aqui que ia atravessa[...]. Tava tendo muito acidente, aí o pessoal tanto aqui do bairro Bom Jesus, como do lado de lá, que era do bairro Aparecida, os morador mais perto aqui da linha começou a tussicá o prefeito que não queria o trilho ali.²³

Dona Maria de Lourdes narra sobre estas disputas entre os interesses empresariais e a lógica do poder público representado na sua fala pela figura do prefeito. Esta moradora não participou das reuniões da associação e não se lembra deste processo sob a égide da participação em atos públicos ou comissões. O seu nome esteve, no máximo, nos muitos abaixo-assinados feitos pela comissão de moradores e, talvez, por isso, ela não se coloca entre aqueles que “começaram a tussicar” o prefeito. Sua fala é significativa porque recupera outros sujeitos, moradores do bairro Bom Jesus e do bairro Aparecida, silenciados nos debates da Câmara de Vereadores.

Sua narrativa também permite outras interpretações. Para trazer na sua fala o porquê do convívio com os trilhos, ela volta na Estação Mogiana e, a partir dela, destaca quais eram os grupos que os seguravam neste lugar. As ações estão centradas sempre em outros sujeitos, naqueles que detêm o poder institucional de retirar equipamentos em locais públicos, neste caso a figura do prefeito. Isso não tira o potencial dos outros sujeitos, porque estes, se não fazem, incitam o detentor do poder a agir. Mesmo não se colocando entre os que agiram de forma direta, ela potencializa em sua fala as atitudes dos moradores e, ao mesmo tempo, coloca o nível de desigualdade em que se davam estas disputas.

Novamente a dona Maria Aparecida, que freqüentou as reuniões da comissão de moradores, nos ajuda na construção dessa interpretação sobre os empresários que se utilizavam desses trilhos:

[...] quando foi em 80, mais ou menos, 80 ou 81 que aconteceu aquele acidente. A [...] Atlantic e a Texaco saíram logo, assim que falaram eles logo providenciaram a mudança lá pra cima [Distrito Industrial], agora a Esso aqui demorou mais um pouco, porque eles com o Moinho [...]

²³ Maria de Lourdes Gonçalves, agosto de 2004.

porque o povo do moinho, os diretor do Moinho Sete Irmãos não queria [...] falaram, ameaçou de retirar [a empresa de Uberlândia] né, mas não havia necessidade porque hoje tem carreta, eles transporta e tudo, aí eles ameaçou de retirar, de mudar de Uberlândia, [...] ficou ameaçando, eles fizeram passeata [...].²⁴

Dona Maria Aparecida traz neste trecho as disputas entre estes setores dominantes da cidade, que num primeiro momento dificultaram a extensão das reformas na década de 1970 para a Monsenhor Eduardo. Estes interesses começam a se chocar com outros narrados pela Dona Maria de Lourdes sobre os acidentes que envolviam tanto crianças como adultos. O que era disputa entre empresas e engenheiros da prefeitura passa a ser também dos moradores dos bairros Bom Jesus e Aparecida. Mas agora não envolve apropriação de dinheiro público e vantagens, mas amplia o debate, colocando interesses diferentes dos discutidos entre os vereadores.

Por isso, torna-se significativo o enredo construído em torno dos acidentes. As empresas, na ótica da cidade-metrópole ou do Parque Industrial, eram ameaças à vida dos moradores, não pela sua existência na cidade, pois alguns trabalhavam nelas, mas pela relação que impunham a eles.

Na guerra pelo território, ou de como constituí-lo, centro e bairro são sentidos de disputas, porque centro traz uma noção de área de capital privado, comércio, região de grandes investimentos no interesse do mercado, sem a preocupação com valores e modos de viver de homens e mulheres. Quando dona Maria Aparecida fala dos acidentes como tradução do que significavam aqueles trilhos, coloca as suas marcas ou experiências como significativas para as mudanças do lugar que escolheram para morar.

Os moradores desse lugar também são trabalhadores na cidade, lutaram para serem vistos assim por isso as discussões não poderiam ser pautadas na saída ou não de empresas, mas sim nesta noção de segurança.

O que é extremamente significativo são as teias de poder que cercavam as relações entre trabalhadores e empresas e o que os acidentes representam para estes trabalhadores, além da noção de legitimidade pelas suas reivindicações, o forte sentido de negação destas relações de trabalho. Isto nos ajuda a reafirmar: não era o trabalho que eles questionavam e nem a existência das empresas, mas sim a forma como trabalhavam e em que condições, a maneira como se dava,

²⁴ Maria Aparecida Rosa, março de 2003.

naquele momento, a convivência com estas empresas e qual o preço da cidade-metrópole.

Ainda tratando dos acidentes, mas retomando os fatos com outras histórias, trazemos um trecho da entrevista de dona Maria de Lourdes:

A preocupação com criança e mesmo com gente adulto, morreu gente adulto ali demais, **morria espedaçado**. Uma vez ia passando uma senhora segurando a mão da netinha, a menina viu o trem de longe, acho que a vó não escutou direito, a menina puxou a mão dela pra trás: “vó, vó, o trem”, e ela largou a mão da menina e passou o trem ó... Pegou e a menina vendo, a menina ficou **traumatizada** porque ela chamou “vó, vó” e ela soltou a mão da menina pra passá, quando ela passou o trem **dibulhou** ela.²⁵

Essa maneira de trazer as histórias sobre os acidentes despertou de forma significativa minha atenção. Dona Maria de Lourdes é uma boa contadora de história, não de contos de ficção, mas de sua própria história, pela maneira peculiar com a qual constrói os diálogos, na maioria das vezes com essa carga dramática. Neste trecho, o mesmo enredo e alguns termos fortes que trazem a dimensão das tensões que vivenciaram neste processo — mortes violentas, crianças traumatizadas — compõem o enredo das disputas iniciadas no início dos anos 1980 e destas mortes trazidas numa interpretação que simboliza os projetos em disputa neste momento.

A expansão urbana, a localização, o preço dos terrenos, dos aluguéis, tudo isso levou estes moradores a dividirem o mesmo território com empresas e os trilhos da ferrovia. Esta convivência ficou insustentável, do ponto de vista deles. As disputas começaram a ganhar corpo no início da década de 1980. A campanha e a eleição do prefeito Zaire Rezende em 1982 abriram uma fresta por onde os moradores começaram a atuar. Os enredos sobre os acidentes seriam mais do que legítimos para exigirem que, numa relação democrática, fosse materializado um direito deles: viver com mais tranquilidade no lugar que escolheram para morar.

Com esse intuito, criaram suas próprias instituições. Primeiro, uma comissão e, depois, a associação de moradores. Nestas trincheiras abertas à comissão de moradores, tomavam suas iniciativas e, ao mesmo tempo em que negociavam a retirada dos trilhos, registravam uma memória destas discussões.

²⁵ **Maria de Lourdes**, agosto de 2004. (destaque nosso)

Não estou buscando as histórias dessas instituições e sim refletindo sobre as tensões postas nesse processo e sobre a forma como os sujeitos envolvidos refletem e trazem suas histórias.

É por isso que temos afirmado que a imagem sobre a cidade não advém de suas características físicas, de sua paisagem natural, e sim das relações sociais vivenciadas.

As pressões ajudaram a prefeitura a resolver o seu primeiro problema: a retirada dos trilhos. Não pelo prefeito ou por seus secretários, mas pelos moradores na insistência e na manutenção dos seus anseios frente aos interesses dos empresários. Agora, outra e mais complexa luta se iniciara: o que construir neste lugar?

[...] As pessoas pensavam assim: “olha aqui pra nós interessa isso, aqui pra nós interessa aquilo”. Então quando nós pensamos a avenida nós pegamos elementos de toda a população, do bairro inteiro o que as pessoas achavam que era importante. Depois nós sentamos com os arquitetos da prefeitura que na época [...] que era o Godoy, que hoje está aí, que é o secretário, que na época era o secretário de Planejamento Urbano, que hoje ainda é também e sentamos com ele para pensar um projeto para a avenida e fizemos inúmeras reuniões, envolvemos a comunidade escolar porque ao longo da avenida tem duas escolas de primeiro e segundo grau e tem um rua abaixo ali, uma avenida abaixo, uma outra escola, então no bairro, dentro do bairro tem três escolas da rede estadual. Nós envolvemos a comunidade, os professores, foi um movimento muito interessante e nisso tudo nós éramos só uma comissão de moradores²⁶

Aqui se inicia um outro tempo, o da reurbanização. Esse processo desencadeou algo muito rico no que podemos chamar de democratização na construção de lugares na cidade, pelo menos nesse momento em que trata a citação acima da entrevista de Wilma Ferreira de Jesus. Na sua fala, percebemos como ela aborda esse tempo de acordo com aquilo que era importante para estes sujeitos, a idéia de organização dos moradores. O “nós” que ela traz neste trecho refere-se a este grupo responsável pela organização dos outros, da população.

No olhar que estamos construindo aqui, a fenda fora aberta não a partir da democracia participativa, mas pelos moradores que a abriram com a discussão sobre os trilhos e ressignificando esta proposta no movimento do fazer-se na cidade. Os moradores construíram três projetos, em todos percebemos uma concepção geral que dá maior atenção para o lazer e a

²⁶ Wilma Ferreira de Jesus, entrevista realizada em 20 de janeiro de 2003.

sociabilidade dos moradores daquele lugar em detrimento do uso para veículos e outros transportes, o que estava fora de sintonia com o que vinha sendo planejado para a “via expressa”.

Existiam diferenças entre eles, o que os levava a construir os pontos positivos e negativos. Estas diferenças não sufocavam as concepções que os nortearam, que vinham de um residual que pensava a cidade em outros valores:

A cidade tinha menos emprego, entendeu! Mas era uma cidade calma você podia sair da sua casa de deixa a sua casa aberta sair pra esquina, pra rua pra onde for. [...] Eu morava na Tibery, lá perto do parque do Sabiá eu vinha assisti filme no cine Éden, eu tinha uma bicicletinha Monark eu chegava na porta do cinema encostada entrava pra dentro nem cadeado não tinha. [...] Flor do Campo: terminava o cinema volta a bicicletinha encostada, montava e saía pra avenida acima se num atrapaiava ninguém, ninguém te via [...] ²⁷

Acredito que esta noção de segurança tem a ver com esta cidade calma, mas não como saudade ou uma tentativa de “frear o progresso”. Como sempre, eles usam os detentores do poder quando questionados, mas como sentido de uma cidade que se queria. Estes projetos colocavam em cheque as mudanças que vinham sendo provocadas pela prefeitura em aliança com outros setores dominantes nas duas décadas anteriores. Esta foi uma maneira de estes sujeitos dizerem que esta cidade das obras ou das vias expressas não lhes agradava e é neste sentido que ressignificam e radicalizam o que lhes colocaram anos antes como democracia participativa.

Depois de dois mandatos como prefeito (1969–1972 e 1977–1982) e algumas tentativas frustradas, Virgílio Galassi encontrava, com a sua terceira eleição em 1986, outra oportunidade de continuar o prolongamento das avenidas rumo ao distrito industrial. A continuação desta cidade projetada tensionava com os projetos acima que não previam a tal “via expressa”, que tinham outros sentidos para os que moravam neste lugar.

No modo como os moradores ouvidos na pesquisa retomam suas trajetórias no momento em que nos encontramos, eles constroem os significados para as transformações ali vividas:

[...] não tem uma passarela lá embaixo de pedestre, tem um viaduto lá em cima, mas aqui assim mesmo aqui ninguém passa, ninguém passa por aqui, então eu mesmo já falei: “olha nós vamos batiza esse bairro de

²⁷ José dos Santos, março de 2005.

novos, nós vamos mudar”, eu dei a idéia eu falei: “nós vamos batizar esse bairro ele não vai mais chamar bairro de Bom Jesus, vai chamar ilha de Bom Jesus, porque nós estamos ilhados. [...]

Temos ilhados pela Minervina e pela Monsenhor, nós só moramos nessa ilhazinha que não tem creche, que não tem posto policial que não tem uma pracinha para as crianças tomam uma fresquinha né, uma ilha sem recurso.²⁸

Esta construção dos significados das reformas no lugar de moradia traz os conflitos em torno dos sentidos dados ao território e apresentados nas falas. Além disso, expõe os sentidos das disputas pela cidade envolvidos nestas pistas, agora servindo às empresas de transporte coletivo²⁹ e aos comerciantes, industriários e proprietários de automóveis em geral.

Na vida cotidiana, nas rotinas diárias, estes moradores vivem seus pequenos traumas relacionados a este processo³⁰, frustrações, desejos não consumados, repressões, disputas entre valores e interesses, que são retomados no diálogo estabelecido nas ruas do bairro.

Isso pode estar ligado aos militantes do Partido dos Trabalhadores que atuaram na comissão de moradores, por exemplo. O que esperavam do movimento? Da criação de uma associação? Da criação dos vários planos para a avenida? Ver o anseio dos moradores materializados na avenida Monsenhor Eduardo poderia ter um significado muito maior, poderia estar materializando a idéia de organização, do coletivo. O que significaria na experiência destes o recuo dos moradores? A pouca participação nas reuniões? A não participação depois de retirado os trilhos? A adesão, em um primeiro momento, às idéias trazidas pela administração Virgílio Galassi, à idéia de via expressa, do progresso para o bairro? Essa “adesão” surge em algumas falas no bairro hoje:

Era só trilho a Monsenhor Eduardo era só esse pedaço dessa avenida debaixo que descia era tudo de paralelepípedo, tudo esburacada, tudo danada então o bairro não queria aquilo, por isso que eles pediram pra tirar, no momento em que tiraram os trilhos aí asfaltaram aí ficou melhor, ficou aquela coisa bonita, um cartão de visitas isso aí oh.

Entrevistador: Então o senhor gostou dessa avenida?

Flor: Que isso sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma, muito bonita, muito legal essa avenida, as vezes o pessoal do bairro aqui reclama, fala “essa avenida acabou com o bairro porque não tem travessia não tem nada, aqui não travessa ninguém”, “ocêis é porque é

²⁸ **Maria de Lourdes Gonçalves**, entrevista realizada em agosto de 2004.

²⁹ A avenida possibilita um ganho maior na medida em que podem colocar seus ônibus em uma velocidade constante de quarenta quilômetros por hora, diminuindo gasto com paradas e transportando os trabalhadores do centro ao setor industrial com custo menor.

³⁰ Dona Maria de Lourdes Gonçalves tem parte de uma perna amputada em função de um acidente no corredor central da avenida.

acostumado em cidade pequena, por isso vocês fala isso”, porque os grandes centro não tem travessia pra lá e pra cá não, você vai em Brasília por exemplo que eu conheço mais ou menos se você se perder no retorno você vai vinte ou trinta minutos pra achá outro, agora o cara fica reclamando que passa duas esquinas e não tem uma entrada dessa, fica reclamando não tem nada a ver não isso é atraso, isso é pessoas atrasadas, eu acho muito bacana essa avenida é um cartão de visitas da cidade [...].

O senhor José dos Santos trabalha com a idéia do moderno e do atrasado de acordo com a sua trajetória. A sua entrevista é muito significativa nos vários pontos de adesão ao projeto proposto pelas administrações Virgílio Galassi e Paulo Ferola e, em 2004, no apoio à campanha de Odelmo Leão, o que destoa de outros moradores ouvidos.

Pensei muito nos valores expressos no momento em que falava da avenida como cartão postal, quando falava dos trilhos como uma convivência tranqüila e na ausência de problemas vividos no bairro. Uma questão povoava minha cabeça: o que este senhor está me falando? A resposta parece estar no enredo de sua entrevista e em sua vivência no bairro. Como foi exposto, “a estrutura de sentimento”³¹ é cunhada no sentido da permanência, esta foi sempre a grande dificuldade deste morador: pagar aluguel, viver a valorização do bairro por “entrar” no setor central, ver muitos proprietários e moradores saírem dali ou conseguirem, nos vários trabalhos que executam, ficar. E é justamente este o sentido trabalhado neste texto, o diálogo com diferentes interpretações para entendermos como a cidade muda.

O tempo dos trilhos ou da participação não tem para ele o mesmo significado. A história que constrói tem como suporte o tempo do reconhecimento, por isto seu enredo se divide entre a Vila das Tabocas, daqueles que eram vadios, e o momento em que tocar significa fazer parte, pertencer. A resposta é este presente, do senhor José dos Santos, tocador de viola reconhecido nos circuitos oficiais da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Uberlândia, e não do senhor José dos Santos dos anos 1970, do tempo da Mogiana, que está ligado ao tempo do trabalho pesado nas sacarias.

Este processo de avaliação do bairro e da avenida Monsenhor Eduardo nos mostra um campo de disputas em torno dos significados do crescimento da cidade, num movimento de adesão sentida no atendimento de algumas

³¹ Conceito cunhado na obra de Raymond Williams.

necessidades, mas também na ausência de direitos, como o de planejar e materializar uma perspectiva para o território onde vivem, criam filhos e laços de solidariedade.

Ao interpretar um diálogo estabelecido com os engenheiros responsáveis pela obra, dona Maria de Lourdes tece uma reflexão sobre os conflitos vivenciados na execução da obra e também sobre o direito de ter direitos sobre a cidade:

Não muita gente ia lá né, na hora que eles tavam aterrando, vinha caminhões e caminhões de terra despejando ali né o povo pensava “porque será que eles tão pondo essa terra ali né” ia lá perguntar “não é que nós tamo construindo aqui vai ficar bão uma pista só pa ônibus”, conversa né, engenheiro é muito sabido, né ... “é porque aqui vai ficar muito bom, uma pista só pra ônibus pra evita acidente, evita isso, evita aquilo”, cadê o acidente [batendo na sua perna amputada] eu tinha perna antes da pista ali, cadê minha perna [...].

os padeiro, os funcionário perdeu aquele emoção de fazê boas quitandas porque não tem quem passa aí pra compra só mesmo os moradores do bairro. É, então matou o bairro com essa Monsenhor Eduardo porque ali não era alto, depois que eles aterraram, levantaram o piso pra faze a linha do ônibus, aquilo ali era puseram terra demais pra fazer subi daquele tanto, não era necessário eles fazer aquilo ali.³²

Nesse diálogo narrado, a moradora expõe os conflitos construídos nos valores daquele espaço específico. Morador e engenheiro constroem referências diferentes para o território e essa diferença está fundamentada não só no saber como também nas tensões de classe. O seu trauma pessoal e a motivação dos padeiros recuperam os valores que estavam sendo disputados no momento da reconstrução da avenida. Parece-me claro que não estão rejeitando o crescimento industrial, já que fora este que empregara muitos dos seus pares e que hoje emprega os filhos. Mas, por outro lado, há uma avaliação e uma projeção da cidade fundamentada na noção de direito, direito de dizer que alguns procedimentos e caminhos escolhidos não foram os melhores.

Referências bibliográficas:

ARANTES, Antônio A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

³² Maria de Lourdes Gonçalves, agosto de 2004.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia 1938-1990**. Tese (Doutorado em História Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). “Cidades”. In: **Revista Projeto História** do Programa de Estudos Pós Graduated em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, 2000.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Tradução: Luiz Roncari. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos**. Portugal: Editorial Presença, 1973.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas/SP: Editora da Unicamp; Aracajú/SE: Editora da UFS, 2004.

PORTELLI, Alessandro (Coord.). **República dos sciucià: a Roma do pós-guerra dos meninos de Dom Bosco**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Salesiana, 2004.

----- História Oral como Gênero. In: **Revista Projeto História** do Programa de Estudos Pós Graduated em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, nº 15, 1995.

----- . A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, n. 2 , dez. 1996, pp. 53-72.

SAMUEL, Rapahel. História local e história oral. In.: **Revista Brasileira de História**. ANPUH/Marco Zero, vol. 09, nº 19, Set/91/Fev/90, pp. 219-248.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

----- . **A Formação da classe operária inglesa I**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

----- . **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.